

Governo pode criar órgão específico para cuidar do paradesporto

Em audiência pública na Comissão do Esporte representante do Ministério da Cidadania apresentou os planos do Governo Federal para a área

O representante da Secretaria Nacional do Esporte, Emanuel Rego, afirmou nesta quarta-feira (29), durante audiência pública na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, que o Ministério da Cidadania pretende criar um órgão específico para desenvolver políticas públicas para o esporte praticado por aqueles que têm dificuldades físicas naturais e ou adquiridas, o paradesporto.

“Na verdade, é uma intenção. Depois que houve a fusão de vários ministérios dentro do Ministério da Cidadania, a intenção é dar uma visão maior para o paradesporto, através do voluntariado. Então, essa ideia já do ministro Osmar Terra é conduzir para esse campo, porque ele aglutina todas as vertentes, que é a cidadania, a cultura, o desenvolvimento social e o esporte”, disse Emanuel Rego, ex-atleta e medalha de ouro em vôlei de praia nas Olimpíadas de Atenas (2004).

O debate foi proposto pelo deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF). “Foi justamente para a gente conhecer as dificuldades, conhecer os problemas enfrentados por eles, e a partir daí a gente sentar, os deputados, o pessoal que faz parte da comissão, e buscar mecanismos que possam ajudar os atletas. Como foi bem dito hoje aqui, existem algumas dificuldades”, disse.

Para o diretor técnico do Comitê Paralímpico Brasileiro, Alberto Martins, a principal dificuldade tem sido a oportunidade para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao esporte:

“Logicamente quando a gente fala acessibilidade, nós estamos falando da capacitação de profissionais para que possa fazer a iniciação no esporte, de instalações esportivas que possam ser acessíveis a esses atletas, e logicamente o apoio para a realização de eventos esportivos, que o evento, na



Reynaldo Lima/CESPO

Audiência pública na Comissão do Esporte

realidade, é o principal chamariz para que as pessoas com deficiência possam se motivar a fazer o esporte”, disse.

Depoimento

A importância do esporte para as pessoas com deficiência ficou evidente no emocionante depoimento da gaúcha Andréa Pontes, que sonhava em ser atleta olímpica de vôlei. Depois de um acidente de carro, Andréa Pontes ficou paraplégica: “É uma mudança, né? Um dia você está caminhando e no outro dia não caminha mais. Então, foi um choque muito grande para mim, e eu fiquei em torno de um ano sem sair de dentro do meu quarto, não era nem de casa, de dentro do quarto, por vergonha, vergonha da cadeira, vergonha do julgamento dos outros...”, disse a atleta.

A redescoberta do esporte, agora na canoagem, significou um antes e um depois definitivo na vida de Andréa Pontes: “Acho que vocês do esporte já tiveram essa sensação: ali eu parei e me dei conta que eu estava voltando a viver. Que mesmo na cadeira de rodas eu podia ganhar, eu podia novamente ter aquela sensação da vitória. Então isso foi um momento que mudou a minha vida. De lá eu realizei sonhos que eu nem sabia que eu tinha, representei meu país em diversas competições mundiais. Então o paraesporte me trouxe a vida”.

Os deputados presentes à audiência manifestaram a intenção de apresentar propostas específicas para o esporte praticado por pessoas com deficiência.

Agência Câmara Notícias





Raimundo Costa fala sobre o incentivo ao esporte paralímpico

Deputado Raimundo Costa (PL-BA)

Como o acidente de carro de 2018 mudou sua visão do esporte paralímpico?

Agora considero fundamental o apoio social e o incentivo para o esporte paralímpico dado pelos centros de treinamento. Com mobilidade reduzida ocasionada por um acidente de carro em 2018, ajudei a aprovar a estrutura atual do Centro Paralímpico Brasileiro. Fizemos uma visita ao CPB juntamente com outros membros da Comissão do Esporte no último mês de maio e vimos as ótimas condições do local.

Como foi visita ao CPB?

Conhecemos a rotina de treinos dos atletas com mobilidade reduzida e a visita foi muito boa também porque vimos de per-

to o quanto a inclusão social é importante dentro do esporte. Imagine o prejuízo para essas pessoas se não existissem políticas públicas para ajudar no treinamento e na aceitação social do atleta paralímpico.

E como o senhor classifica o esporte paralímpico?

É um trabalho de dar cidadania, resgatar vidas. Você tira qualquer preconceito que a pessoa possa carregar, não existe pré-julgamento dentro do esporte porque o cidadão mostra todo seu potencial, seja na cadeira de rodas, no chão, no intelecto, não existem limites.

Qual sua prioridade na área?

Temos que fazer o Brasil

Reynaldo Lima/CESPO



investir mais nos centros de treinamento paralímpicos, não é só implantar e depois deixar a estrutura deteriorar. Tem que implantar com um plane-

jamento estratégico de longo prazo, sabendo que a União e os outros agentes públicos envolvidos vão ter que arcar com a manutenção permanente de uma estrutura de grande porte.

Agenda

REUNIÃO ORDINÁRIA

DIA 12/6/2019

Entre os temas a serem tratados durante a reunião ordinária da Comissão do Esporte estão a constituição da Subcomissão Especial dos Jogos e Apostas Online e a votação de nove requerimentos de autoria dos deputados Aiel Machado, Julio Cesar Ribeiro e Luiz Lima. Em tramitação ordinária entrarão os Projetos de Lei 805/2019 e 6.147/2016.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 12/6/2019

Com o tema "Doping no esporte, um assunto de saúde pública", a audiência pública é iniciati-

va da deputada Flávia Moraes. Os convidados confirmados até o momento são Maurício Campos, presidente da Confederação Brasileira de Musculação, Fisiculturismo e Fitness; Alexandre Bortolato, representante no Brasil da Federação Internacional de Fisiculturismo; Eduardo de Rose, referência brasileira no combate ao uso de doping e Humberto Panzetti, representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 18/6/2019

Audiência pública com o tema "Autoridade de Governança do

Legado Olímpico e o legado olímpico". Requerimento de iniciativa do deputado Luiz Lima. O convidado será indicado pelo Ministério da Cidadania.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIA 25/6/2019

Com o tema "Transgêneros no esporte", a audiência pública é iniciativa dos deputados Julio Cesar Ribeiro, Roberto Alves e Fábio Mitidieri. Estão confirmadas Tifanny Abreu, atleta de voleibol, Ana Paula Henkel, ex-atleta de voleibol, e Marcelo Franklin, advogado esportivo especialista em doping.



A Comissão do Esporte deu parecer favorável ao passe atleta, passagem gratuita no transporte coletivo para atletas ou paratletas inscritos na federação da modalidade.

O relator foi o deputado Felipe Carreras [PL 22/2019] e o texto foi enviado para a apreciação de outras comissões.



Membros da Comissão do Esporte – CESPO

Presidente: Fábio Mitidieri (PSD/SE), **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS), **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis (MDB/SE) e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm (PP/RS). **Membros:** Bloco PSL/PP/PSD/MDB/PR/PRB/DEM/PSDB/PTB/PSC/PMN Afonso Hamm PP/RS; Bosco Costa PL/SE; Carlos Chiodini MDB/SC; Celina Leão PP/DF; Célio Silveira PSDB/GO; Domingos Neto PSD/CE; Dr. Luiz Ovando PSL/MS; Danrlei de Deus Hinterholz PSD/RS; Dr. Zacharias Calil DEM/GO; Evandro Roman PSD/PR; Edilázio Júnior PSD/MA; Fábio Mitidieri PSD/SE; Gutemberg Reis MDB/RJ; Hugo Leal PSD/RJ; Fabio Reis MDB/SE; Nereu Crispim PSL/RS; Fernando Monteiro PP/PE; Professor Alcides PP/GO; Hélio Leite DEM/PA; Vavá Martins PRB/PA; Helio Lopes PSL/RJ; Isnaldo Bulhões Jr. MDB/AL; José Rocha PR/BA; Julio Cesar Ribeiro PRB/DF; Luiz Lima PSL/RJ; Marcelo Moraes PTB/RS; Marcelo Aro PP/MG; Raimundo Costa PR/BA; Roberto Alves PRB/SP. Bloco PDT/PODE/SOLIDARIEDADE/PCdoB/PATRIOTA/CIDADANIA/PROS/AVANTE/PV/DC André Figueiredo PDT/CE; Alex Manente PPS/SP; Renildo Calheiros PCdoB/PE; Boca Aberta PROS/PR; Fábio Henrique PDT/SE; Flávia Moraes PDT/GO. Bloco PT/PSB/PSOL/REDE Felipe Carreras PSB/PE; Airton Faleiro PT/PA; Aiel Machado PSB/PR; Alexis Fonteyne NOVO/SP.



Copa América deve movimentar economia do Brasil, acredita deputado

A Copa América de Futebol de 2019, que acontecerá no Brasil, deve movimentar a economia brasileira, com a venda de 230 mil ingressos com valores que vão de R\$ 60 a R\$ 890. A afirmação foi feita pelo deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), presidente da Comissão do Esporte, durante audiência pública realizada, nesta terça-feira (21), para discutir o planejamento e a situação atual da organização do evento.

“Muitas vezes, quando falam em futebol, as pessoas falam só da despesa, do quanto foi gasto, e esquecem de se dizer o quanto se deixou no país, o quanto se trouxe de geração de emprego, de geração de renda”, disse o deputado.

A Copa América, organizada pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), está programada para começar em 14 de junho. Além dos dez países sul-americanos participantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), o Catar e o Japão, membros da Confederação Asiática de Futebol (AFC), entram como convidados.



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Torneio será disputado em cinco cidades

A 46ª edição do torneio será disputada em seis estádios distribuídos nas cidades de Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Durante audiência, parlamentares questionaram o fato do Estádio Nacional de Brasília não estar presente na lista de estádios.

O diretor de operações do comitê local da Conmebol, Agberto Guimarães, explicou quais critérios operacionais foram utilizados para a escolha dos locais que sediarão a Copa América.

“Quando nós contratamos cada uma dessas arenas, nós contratamos também por conta dos serviços que elas oferecem, por conta do nível de profissionais que operam em cada uma dessas arenas”, disse.

Agência Câmara Notícias

Comissão do Esporte debate regulamentação de jogos online

Participante afirmou que o mercado de jogos do Brasil pode movimentar até R\$ 50 bilhões por ano, sendo R\$ 18 bilhões em apostas esportivas.

Em 2018 três em cada quatro brasileiros jogaram em diversas plataformas eletrônicas segundo a pesquisa Game Brasil das empresas Sioux Group, Blend New Research e da Escola Superior de Propaganda e Marketing. A regulamentação dos jogos online no Brasil foi tema de audiência pública na Comissão do Esporte na Câmara dos Deputados na quarta-feira, 22.

Uma lei do ano passado (Lei 13.576/18) autoriza os jogos de apostas esportivas por meio físico ou pela internet no Brasil, mas ainda precisa ser regulamentada. Vinte convidados expuseram dados e questionamentos sobre a nova regulamentação, citando

várias questões que precisam ser resolvidas, como os impostos, a fiscalização e o combate à ilegalidade.

O deputado Evandro Roman (PSD-PR), que pediu o debate, argumentou que os jogos online já são regulamentados em mais de 60 países. O parlamentar destacou que a regulamentação é função do poder Executivo, mas que os deputados podem elaborar sugestões a partir dos debates com especialistas e parlamentares.

“A partir do momento que nós trazemos para o debate a legalização e a regulamentação, então nós também temos a responsabilidade de coibir o que realmente possa ser ilegal ou atrapalhe os investimentos que

venham a ser feitos no Brasil.”

Segundo Roman, uma regulamentação eficaz pode ajudar a proteger os consumidores, gerar receitas tributárias e manter a integridade esportiva. O parlamentar afirmou ainda que essa regulamentação deve abranger regras sobre a identidade dos clientes, apostas esportivas e medidas contra a lavagem de dinheiro.

O diretor de desenvolvimento empresarial da SportRadar, Tiago Barbosa, acredita que a regulamentação das apostas é essencial para a integridade das competições. “É positiva para o consumidor que acompanha os jogos, é interessante para o governo que não quer lidar com esse tipo de problema e é bom para as federações e clubes que também sofrem quando os resultados são manipulados. É importante a gente ter em conta que regulamentação e integridade devem caminhar juntas em relação a esse tema.”

Com informações da Rádio Câmara



Comissão debate jogos online



O princípio da igualdade no esporte: um debate além da questão de gênero

Deputado Julio Cesar Ribeiro (PRB-DF)

Muito se tem explorado sobre a temática envolvendo a participação de atletas transgêneros em competições esportivas no país. O tema tem causado polêmica e vem dividindo opiniões entre autoridades e especialistas ligados ao setor.

É preciso ter cautela ao explorar este tipo de discussão. Deve-se priorizar a questão do respeito ao propor a democratização do debate acerca do assunto. A atuação em quadras de uma jogadora de vôlei transgênero em uma competição feminina da modalidade me chamou a atenção, a começar pela sua estrutura física.

A superioridade fisiológica

em relação às demais atletas foi o ponto de partida para protocolar o Projeto de Lei 2596/2019 que visa estabelecer o sexo biológico como único critério para definição do gênero em competições esportivas oficiais no território brasileiro. Sem teor preconceituoso ou homofóbico, tal projeto tem o intuito de assegurar a igualdade entre equipes que disputam títulos em todo o território nacional.

Vale ressaltar que no início de 2016 o Comitê Olímpico Internacional (COI) estabeleceu nova regra que permitiu a participação de atletas transgêneros em competições oficiais. De acordo com a entidade, "homens podem parti-

Reynaldo Lima/CESPO



cipar dos eventos da entidade sem nenhuma restrição e as mulheres precisam apenas ter a quantidade de testosterona controlada para poder competir em equipes femininas".

No Brasil as confederações esportivas podem ou não permitir a participação de atletas transgêneros em seus campeonatos, desde que se enquadrem nas orientações estabelecidas pelo COI. Ainda que haja um posicionamento da entidade, não existe lei nacional que regulamente a permanência ou exclusão de transgêneros ou até mesmo a criação de uma categoria específica para os mesmos.

Proponho então que as entidades de administração do

desporto e de prática desportiva que não observarem a lei, caso o PL em questão seja aprovado, que na oportunidade da inscrição de atletas em competições oficiais elas sejam desclassificadas e penalizadas. O artigo citado visa garantir o respeito às atletas e entidades adversárias.

Hoje o que visualizamos no esporte profissional, pode ser definido como um caso isolado. Porém, se ampliarmos a visão até alcançarmos a participação de atletas transgêneros no esporte amador, torna-se nítido o desequilíbrio na competição. Acredito que a criação de uma categoria transgênero seria uma alternativa para manter e promover de forma legal a inclusão desses atletas no esporte.

III Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte

Inscrições até 28 de junho de 2019. Participe!

Informações sobre regulamento, premiação e inscrições: www.camara.leg.br/cespo

Dúvidas? (61) 3216-6356 concurso.cespo@camara.leg.br

Comissão do Esporte

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Publicidade / Câmara dos Deputados

Expediente

Presidente: Fábio Mitidieri [PSD/SE]; **1º Vice-Presidente:** Danrlei de Deus Hinterholz [PSD/RS]; **2º Vice-Presidente:** Fabio Reis [MDB/SE] e **3º Vice-Presidente:** Afonso Hamm [PP/RS]. **Secretário-Executivo:** Lindberg Aziz Curç Júnior. **Corpo Técnico:** Alessandra Muller Vidal Guerra, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa, Victor Souza da Silva, Gilson Vasconcelos Dobbin e Reynaldo Barbosa Lima. **Texto:** Gustavo Valadão. **Diagramação:** Patrícia Weiss.

Endereço da Comissão do Esporte: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, sala 2, térreo. Telefones (61) 3216-6351/52/53/54

Email: cespo.decom@camara.leg.br

Endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>